VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2015

www.victoria-seguros.pt

ÍNDICE

03 Estrutura de Governo da Sociedade

1 RELATÓRIO

05 Relatório do Conselho de Administração

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 Balanços
15 Demonstração dos Resultados
18 Demonstração do Rendimento Integral
19 Demonstração dos Fluxos de Caixa
21 Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios
24 Notas às Demonstrações Financeiras

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

141 Certificado Legal de Contas
142 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

4 ANEXOS

144 Anexo I - Participação nos Resultados - Ramo Vida
146 Anexo II - Rentabilidade dos Produtos Financeiros - Ramo Vida

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
VICTORIA-SEGUROS S.A.
VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2016
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Maria Mateus Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Didier Ridoret
Presidente

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados - S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas (ROC nº 1230)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

1 RELATÓRIO

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2015.

1.1 Atividade da Empresa

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões.
O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

1.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 40.246.831 (2014: EUR 43.374.192) evidenciando uma quebra de 7,2% (2014: aumento de 12,9 %).

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, registou um aumento de 78,9% (2014: quebra de 29,6%) situando-se em EUR 2.287.539 (2014: EUR 1.278.661).
O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 42.534.370 (2014: EUR 44.652.853) registando-se assim uma quebra de 4,7% (2014: aumento de 11,1%).

1.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 36.961.366 (2014: EUR 38.869.565), evidenciando uma quebra de 4,9% (2014: aumento de 5,5%), tendo-se registado um aumento de capitais por morte e invalidez de 9,2% (2014: -12,7%) e um decréscimo de vencimentos de 1,3% (2014: 13,9 %). Os resgates tiveram um decréscimo de 13,5% (2014: aumento de 0,3%).

1.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, a John Hancock, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life, a Mapfre Re e a RGA Re,

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

a Hannover Re e Império Assurances et Capitalisation, SA. Em Assistência iniciou contrato em 2015 com a RNA – Rede Nacional de Assistência, SA.. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

1.5 Despesas Gerais

As despesas gerais situaram-se em EUR 8.008.485 (2014: EUR 8.218.215).

1.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2015, um montante de EUR 241.860.076 (2014: EUR 250.724.934). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 7.700.135 (2014: EUR 8.379.823) e a reserva de reavaliação situava-se no final do ano em EUR 8.947.454 (2014: EUR 11.456.682).

1.7 Fundos de Pensões

O volume de ativos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2015 um montante de EUR 28.096.260 (2014: EUR 26.966.788).

1.8 Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,53 (2014: 2,64).

1.9 Governo da Sociedade

Os órgão sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.
Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Administrador-Delegado, enquanto membro do Conselho de Administração com funções executivas, sustenta a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável. Tendo em conta a organização das sociedades do Grupo VICTORIA, o Administrador-Delegado é remunerado nas duas sociedades operacionais.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2015	2014
Conselho de Administração				
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras Remunerações	14.195	-
		Bónus Anual	-	-
Conselho Fiscal				
Presidente	João de Lara Everard	Outras Remunerações	-	-
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras Remunerações	-	-
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras Remunerações	-	-

1.10 Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

1.11 Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de seguros de construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

1.12
Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 75.489 (2014: EUR 440.490). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 521.424 (2014: EUR 338.623). Propomos que após a dotação de EUR 52.142 à reserva legal, o remanescente de EUR 469.282 seja levado a resultados transitados.

1.13
Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas acerca da atividade das empresas do grupo. Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA em França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

1.14
Previsões para 2015

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em Janeiro de 2016 atingiu EUR 3.588.258 (2015: EUR 4.147.589).

A sustentabilidade do negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico onde as incertezas aumentam, continua a constituir um objetivo muito ambicioso. O Plano do ano 2016 foi construído a partir das seguintes ações que foram identificadas como reposta a este desafio:

- Alargar a captação e a base de distribuição
- Aumentar a eficácia do processo comercial
- Melhorar a defesa e retenção da carteira
- Implementar novas funcionalidades no portal de agentes
- Implementar um portal de clientes

Em 2016 continuarão deste modo a ser aprofundados os conceitos estratégicos que diferenciaram os últimos quatro anos da VICTORIA, procurando sempre uma maior proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, atualizando uma oferta diferenciada de produto, assegurando um posicionamento de especialização e uma proposta de valor distinta. Será desta forma fortalecida a filosofia de produtos com estrutura modular e multi-ramo, apostando na distribuição especializada, na cooperação com a Império Assurances e na exploração, junto dos parceiros preferenciais, de novas formas de retenção e de crescimento rentáveis.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

Em 2016, será consolidada a implementação das diversas ferramentas de governação e de gestão de riscos mantando o desenvolvimento da melhoria da qualidade de dados, da informação de gestão e da revisão de processos. Procura-se desta forma atingir um grau mais elevado de eficiência na gestão dos vários processos da empresa.

Como nos últimos anos, a formação continuará a ser um dos eixos estratégicos de desenvolvimento da VICTORIA, sendo reforçado o investimento em ações que aumentem o potencial dos recursos da empresa. Da mesma forma, continuará a ser fortalecida a organização das ações de Responsabilidade Social interna.

1.15 Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 29 de março de 2016
O Conselho de Administração

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.147.140		5.147.140	3.809.408
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	590		590	590
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	29.921.755	-	29.921.755	34.486.064
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.299.859		5.299.859	5.162.274
	Títulos de dívida	24.621.896		24.621.896	29.323.790
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	171.901.070	636.312	171.264.758	179.008.852
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	20.647.069	636.312	20.010.757	9.062.830
	Títulos de dívida	151.254.001		151.254.001	169.946.022
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	10.152.900	-	10.152.900	10.274.134
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	837.578		837.578	933.234
	Empréstimos concedidos	9.315.322		9.315.322	9.340.900
	Contas a receber				
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	2.630.223		2.630.223	
2	Terrenos e edifícios	27.889.850	15.124	27.874.726	26.940.327
	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.704.500	15.124	1.689.376	1.689.533
	Terrenos e edifícios de rendimento	26.185.350		26.185.350	25.250.794
9	Outros ativos tangíveis	4.384.418	4.173.619	210.799	311.180

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
9	Inventários	36.210		36.210	30.381
	Goodwill				
10	Outros ativos intangíveis	7.144.391	5.370.009	1.774.382	1.102.169
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	32.550	-	32.550	60.000
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
	Provisão para sinistros	32.550		32.550	60.000
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	825.684		825.684	701.919
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.420.584	211.099	3.209.485	3.964.849
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.052.420	66.018	986.402	1.212.923
	Contas a receber por outras operações de Resseguro	549.054	14.337	534.717	733.437
	Contas a receber por outras operações	1.819.110	130.744	1.688.366	2.018.489
13	Ativos por impostos	821.746	-	821.746	545.685
	ativos por impostos correntes	344.577		344.577	299.948
	ativos por impostos diferidos	477.169		477.169	245.737
17	Acréscimos e diferimentos	430.932		430.932	267.758
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	264.740.043	10.406.163	254.333.880	261.503.316

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	186.225.959	187.802.941
	Provisão para prémios não adquiridos	860.206	885.702
	Provisão matemática do ramo vida	167.922.796	169.712.764
	Provisão para sinistros	7.470.555	6.841.696
	De vida	7.470.555	6.841.696
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
	Provisão para participação nos resultados	4.796.554	5.804.385
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	471.860	970.605
	Provisão para participação nos resultados atribuída	4.324.694	4.833.780
	Provisão para compromissos de taxa	5.175.848	4.558.394
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	32.096.106	35.568.787
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	123.189	148.850
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	4.416.612	4.309.753
	Contas a pagar por operações de seguro direto	3.620.689	3.314.934
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	7.636	737
	Contas a pagar por outras operações	788.287	994.082

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
13	Passivos por impostos	588.626	1.363.522
	Passivos por impostos correntes	354.860	971.130
	Passivos por impostos diferidos	233.766	392.392
17	Acréscimos e diferimentos	1.344.463	1.310.043
30	Outras Provisões	600.194	681.624
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	225.395.149	231.185.520
	CAPITAL PRÓPRIO		
18	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	8.947.454	11.456.682
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	8.658.183	11.188.271
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	289.271	268.411
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda Estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.314.694)	(2.940.352)
19	Outras Reservas	10.504.875	10.487.932
	Resultados Transitados	2.779.672	2.474.911
	Resultado do exercício	521.424	338.623
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	28.938.731	30.317.796
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	254.333.880	261.503.316

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
22	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	37.576.023		37.576.023	40.574.802
	Prémios brutos emitidos	40.246.831		40.246.831	43.374.192
	Prémios de resseguro cedido	(2.699.599)		(2.699.599)	(2.813.920)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	28.791		28.791	14.530
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
23	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	458.408		458.408	556.883
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(36.420.765)		(36.420.765)	(38.432.433)
	Montantes pagos	(35.764.456)		(35.764.456)	(38.645.168)
	Montantes brutos	(36.332.507)		(36.332.507)	(39.122.300)
	Parte dos resseguradores	568.051		568.051	477.132
	Provisão para sinistros (variação)	(656.309)		(656.309)	212.735
	Montantes brutos	(628.859)		(628.859)	252.735
	Parte dos resseguradores	(27.450)		(27.450)	(40.000)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(617.455)		(617.455)	(1.597.669)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	2.334.484		2.334.484	2.934.801
	Montantes brutos	2.334.484		2.334.484	2.934.801
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.262.611)		(1.262.611)	(1.278.290)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(6.986.444)		(6.986.444)	(7.203.941)
	Custos de aquisição	(3.939.147)		(3.939.147)	(3.109.293)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(364.252)		(364.252)	(389.141)
	Gastos administrativos	(3.542.185)		(3.542.185)	(5.036.851)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	859.140		859.140	1.331.344
24	Rendimentos	6.003.994	333.469	6.337.463	6.543.847
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.762.535		5.762.535	6.238.096

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	241.459	333.469	574.928	305.751
25	Gastos financeiros	(733.715)	(40.212)	(773.927)	(757.019)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(733.715)	(40.212)	(773.927)	(757.019)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1.405.100	6.618	1.411.718	1.873.452
	De ativos disponíveis para venda	470.544	42	470.586	1.873.452
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	934.556	6.576	941.132	
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.701.801)	-	(1.701.801)	(2.621.971)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.701.801)		(1.701.801)	(2.621.971)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
28	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	(145.683)
	De ativos disponíveis para venda	-		-	(145.683)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20.271		20.271	(27.846)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
30	Outras provisões (variação)		77.352	77.352	73.323
31	Outros rendimentos/gastos		378.795	378.795	105.536
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	75.489	756.022	831.511	597.792
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(506.640)	46.862
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			196.553	(306.031)
	RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS	75.489	756.022	521.424	338.623

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	521.424	338.623
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(2.372.074)	5.019.570
Por via de alienações	(644.289)	(1.623.817)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	8.390	108.716
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	498.745	335.374
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	625.658	(940.762)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	(16.919)	(115.434)
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas atuariais		-
Total do rendimento integral	(1.379.065)	3.122.270

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
1 ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos	127.381.283	186.537.693
Clientes (prémios recebidos)	35.859.970	38.413.159
Venda/amortização de ativos financeiros(Inv)	91.183.266	148.121.716
Juros e dividendos (Inv)	338.046	2.818
Recebimentos de taxas e impostos	-	-
Regularização c/c Seguradoras		
Pagamentos	125.152.725	187.475.793
Clientes (sinistros e estornos)	34.931.936	44.440.164
Comissões	807.326	871.200
Resseguradores	374.285	461.389
Outros Prestadores	(1.301.727)	(1.157.667)
Fornecedores Diversos	3.416.835	3.103.140
Pagamentos a colaboradores	1.949.729	2.702.648
Compra de ativos financeiros (Inv)	78.858.839	131.007.837
Pagamento de taxas e impostos	2.929.729	3.155.713
Despesas de viagem Fundo Fixo de Caixa	99.465	120.716
Fundo Fixo de Caixa	3.308	3.653
Regularização c/c Seguradoras	3.083.000	2.767.000
Fluxo das atividades operacionais	**2.228.558**	**(938.100)**
2 ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimentos		
Investimentos financeiros (reembolso de Emp. Conc.)		
Imobilizações corpóreas (alienação)		
Imobilizações incorpóreas (alienação)		
Juros de Emp. Conc.		
Dividendos de participações		-

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
	Pagamentos	890.826	840.609
	Investimentos financeiros (Const. Emp.concedidos)		
	Imobilizações corpóreas (aquisição)	31.654	34.051
	Imobilizações incorpóreas (aquisição)	859.172	806.558
	Fluxo das atividades de Investimentos	**(890.826)**	**(840.609)**
3 ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
	Recebimentos		
	Empréstimos obtidos (pela constituição)		-
	Aumentos de Capital		-
	Doações		-
	Pagamentos		
	Empréstimos obtidos (Juros e reembolsos)		-
	Amortização de contratos de locação financeira		-
	Dividendos		-
	Fluxo das atividades de financiamento		
4=1+2+3	**Total do Fluxo de Caixa**	**1.337.732**	**(1.778.709)**
	Caixa e seus equivalentes no inicio do período	**3.809.408**	**5.588.117**
	Caixa e seus equivalentes no final do período	**5.147.140**	**3.809.408**

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transita-dos	Resulta-do do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Balanço a 31 de dezembro 2013	8.500.000	7.464.954	151.885	(1.999.590)	2.258.138	2.500.000	5.815.617	2.208.411	296.111	27.195.526
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	7.464.954	151.885	(1.999.590)	2.258.138	2.500.000	5.815.617	2.208.411	296.111	27.195.526
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		3.395.753								3.395.753
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			108.716							108.716
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		327.564	7.810							335.374
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				(940.762)						(940.762)
Aumento de reservas por aplicação de resultados					29.611					29.611
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/ prejuízos								266.500	(296.111)	(29.611)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							(115.434)			(115.434)
Total das variações do capital próprio	-	3.723.317	116.526	(940.762)	29.611	-	(115.434)	266.500	(296.111)	2.783.647
Resultado líquido do período									338.623	338.623
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de dezembro 2014	8.500.000	11.188.271	268.411	(2.940.352)	2.287.749	2.500.000	5.700.183	2.474.911	338.623	30.317.796
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanço de abertura alterado	8.500.000	11.188.271	268.411	(2.940.352)	2.287.749	2.500.000	5.700.183	2.474.911	338.623	30.317.796
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(3.016.363)								(3.016.363)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			8.390							8.390
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		486.275	12.470							498.745

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Un: Euros)

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas			
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				625.658						625.658
Aumento de reservas por aplicação de resultados					33.862					33.862
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/ prejuízos								304.761	(338.623)	(33.862)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							(16.919)			(16.919)
Total das variações do capital próprio	-	(2.530.088)	20.860	625.658	33.862	-	(16.919)	304.761	(338.623)	(1.900.489)
Resultado líquido do período									521.424	521.424
Distribuição antecipada de lucros										
Balanço a 31 de dezembro 2015	8.500.000	8.658.183	289.271	(2.314.694)	2.321.611	2.500.000	5.683.264	2.779.672	521.424	28.938.731

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

I. Introdução
II. Informação por Segmentos
III. Políticas Contabilísticas
IV. Gestão de Riscos
V. Notas ao Balanço
- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
- NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda
- NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
- NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
- NOTA 8 – Afetação dos investimentos
- NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e Inventários
- NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
- NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 14 – Provisões Técnicas
- NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 18 – Capital Próprio
- NOTA 19 – Reserva Legal
- NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
- NOTA 21 – Elementos extra patrimoniais

VI. Notas ao Balanço
- NOTA 22 – Prémios de contratos de seguro
- NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
- NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 25 – Gastos Financeiros
- NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 28 – Perdas de Imparidades
- NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 30 – Outras Provisões
- NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 32 – Gastos diversos por função
- NOTA 33 – Gastos com o pessoal

VII. Eventos subsequentes à data de encerramento
VIII. Justo valor de ativos e passivos financeiros
IX. Alterações das Politicas Contabilísticas
X. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

I – INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. Passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, temos:

(Un: Euros)

RELATÓRIO POR SEGMENTOS	2015			2014		
	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões
Prémios brutos emitidos	40.246.831	-	-	43.374.192	-	-
Prémios de resseguro cedido	(2.699.599)	-	-	(2.813.920)	-	-
Prémios brutos adquiridos	40.275.622	-	-	43.388.722	-	-
Comissões cobradas de contratos	-	458.408	184.921	-	556.883	164.063
Resultados dos investimentos	6.472.749	(1.499.171)		7.536.154	(2.621.971)	-
Custos com sinistros brutos	(36.961.366)	-	-	(38.869.565)	-	-
Custos de exploração brutos	(7.269.355)	(309.182)	(267.047)	(7.852.586)	(394.026)	(288.673)
Resultado técnico	1.685.489	(1.349.945)	(260.055)	3.013.357	(2.227.748)	(345.119)
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	206.164.315	32.096.106	-	205.696.586	35.568.787	-
Provisões técnicas	186.225.959	32.096.106	-	187.802.941	35.568.787	-

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2015 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 29 de março de 2016.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2015 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atual dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

ii) Provisão para prémios não adquiridos

De acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “prorrata temporis” por cada contrato em vigor.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

iv) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

v) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

vi) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

Ativos financeiros

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável
A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida:
I. Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;
II. Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Títulos de rendimento fixo

I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;

b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II. Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como :

a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f. Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

Equipamento administrativo	12,5%
Máquinas e ferramentas	12,5% a 25%
Equipamento informático	25% e 33%
Instalações interiores	10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus
As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I. Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II. Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I. Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a. Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b. Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a. Significativa dificuldade financeira do Emitente
b. Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c. Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d. Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e. Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f. Outros fatores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

III – POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.
A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos.

De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos os colaboradores.

Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia.
Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação. No âmbito da estratégica, deve-se também destacar as atividades realizadas em 2015 relacionadas com a preparação para o novo regime de Solvência II:

- Reporte do primeiro relatório FLAOR (Forward Looking Assessment of Own Risks) à entidade de supervisão;
- Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II;
- Reporte anual quantitativo e qualitativo no âmbito solo (VICTORIA - Seguros, SA; VICTORIA – Seguros de Vida, SA) e grupo (VICTORIA Internacional de Portugal – SGPS);
- Reporte trimestral quantitativo no âmbito solo e de grupo;
- Desenvolvimento do sistema de governação, com a definição das funções chave e desenvolvimento das diversas políticas, já alinhadas com as métricas e objetivos do grupo;
- Análise da Lei nº 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para o ordenamento jurídico português a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 25 de novembro, também denominada “Diretiva de Solvência II”

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores relatório

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado;

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição. As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clinica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

mais prudentes. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira. A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life, a Mapfre Re e a RGA Re, a Hannover Re e Império Assurances et Capitalisation, SA. Em 2015, iniciou relações com a RNA – Rede Nacional de Assistência, SA para a área de assistência. Como membro do International Group Program (IGP), a VICTORIA mantém um acordo de resseguro com a seguradora John Hancock (gestor do IGP).

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

(Valor em milhares de Euros)

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Vida Individual	Surplus	100	1.100
Vida Grupo	Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300	8.100

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

(Valor em Milhares de Euros)

Ramo	Prémios 2015			Prémios 2014		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liquido Resseguro	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liquido Resseguro
Vida Individual	22.681	387	22.294	30.433	360	30.073
Vida Grupo	17.566	2.313	15.253	12.941	2.454	10.487
Total	**40.247**	**2.700**	**37.547**	**43.374**	**2.814**	**40.560**

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Riscos Biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte Beneficio em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados,

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

Riscos de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

(Valor em Milhares de Euros)

Produtos	Provisão Adicional 2014	Provisão Adicional 2013
Mistos Individual & Grupo	750	572
Rendas	538	297
Financeiros (contratos investimento)	6.648	6.626
Financeiros (contratos seguro)	860	721
Total	**8.796**	**8.216**

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate no montante de Euros 3.620.033 (2014: Euros 3.658.033) e em provisão para compromisso de taxa no montante de Euros 5.175.848 (2014: Euros 4.558.394).

Estas variações resultam essencialmente das alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Riscos de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Riscos de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.
As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no pricing e provisionamento dos produtos.

Riscos Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.
Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Em 2015, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, o risco de taxa de juro como o mais sensível.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adqueacy Test - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2015, a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

2015	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas		590	590	590	
total		**590**	**590**	**590**	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		4.177.000	4.121.214	4.215.693	31.434
De outros emissores públicos					
De outros emissores		1.001.222	1.000.865	1.142.680	39.356
subtotal		5.178.222	5.122.079	5.358.373	70.790
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de Investimento	683.800		2.485.953	2.535.530	
Outros					
subtotal	683.800	-	2.485.953	2.535.530	-
total	683.800	5.178.222	7.608.032	7.893.903	70.790
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		48.140.000	49.747.720	54.617.922	1.130.331
De outros emissores públicos		27.000.000	27.390.609	28.736.235	170.507
De outros emissores		84.670.000	84.986.196	87.714.775	707.187
subtotal		159.810.000	162.124.525	171.068.932	2.008.025

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

2015	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de Investimento	45.064		22.677.394	22.775.086	
Outros					
subtotal	45.064	-	22.677.394	22.775.086	-
total	**45.064**	**159.810.000**	**184.801.919**	**193.844.018**	**2.008.025**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				9.292.800	22.522
Depósitos a Prazo				837.574	4
total				**10.130.374**	**22.526**
TOTAL GERAL	**728.864**	**164.988.812**	**192.410.541**	**211.868.885**	**2.101.341**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas		590	590	590	
total		**590**	**590**	**590**	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		330.000	325.564	365.291	8.177
De outros emissores públicos					
De outros emissores		1.001.222	1.001.099	1.164.250	39.356
subtotal		1.331.222	1.326.663	1.529.541	47.533
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de Investimento	683.800		2.485.953	2.321.159	
Outros					
subtotal	683.800	-	2.485.953	2.321.159	0
total	683.800	1.331.222	3.812.616	3.850.700	47.533
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		59.840.000	61.670.347	67.732.182	1.320.362
De outros emissores públicos		28.420.000	28.876.593	30.406.149	182.614
De outros emissores		92.170.000	92.633.229	97.338.350	713.081
subtotal		180.430.000	183.180.169	195.476.681	2.216.057

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

2014	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de Investimento	20.698		11.840.797	11.903.945	
Outros					
subtotal	20.698	-	11.840.797	11.903.945	0
total	**20.698**	**180.430.000**	**195.020.966**	**207.380.626**	**2.216.057**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				9.317.163	23.737
Depósitos a Prazo				933.162	72
total				**10.250.325**	**23.809**
TOTAL GERAL	**704.498**	**181.761.812**	**198.834.172**	**221.482.241**	**2.287.399**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un. Milhares de Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	204.238	186.226	109,7%
UIs	32.096	32.096	100,0%
Livres	11.038	n.a	
TOTAL	247.372	218.322	113,3%

Em dezembro de 2015, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 113,3% (2014: 115,1%).

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Rating Médio	2015	%	2014	%
AAA	28.355.191	13,3%	49.591.236	22,2%
AA	68.727.437	32,1%	64.318.704	28,7%
A	41.828.919	19,5%	49.358.347	22,1%
BBB	25.596.899	12,0%	25.434.831	11,4%
BB	4.529.701	2,1%	4.376.243	2,0%
B	839.702	0,4%	4.712	0,0%
CCc	1.695	0,0%		0,0%
NR	20.315.596	9,5%	19.550.706	8,7%
Instrumentos Representativos de Capital	23.775.086	11,1%	11.134.861	5,0%
Total	**213.970.226**	**100,0%**	**223.769.640**	**100,0%**

Durante o ano de 2015, a Crise da Dívida Grega voltou a condicionar o mercado de obrigações, interrompendo a tendência de descida nas taxas de rendimento da Dívida Soberana e gerando novos receios de contágio na Área Euro. No entanto, o sucesso relativo dos programas de ajustamento dos restantes países periféricos combinado com a intervenção do Banco Central Europeu no mercado secundário de dívida permitiram limitar danos maiores. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo se numa elevada qualidade de crédito:

No final do exercício 45,5% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA (2014: 50,9%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 23,5 milhões de euros (2014: 23,2) o que corresponde a 11,5% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 4,7%; Espanha: 3,2%; Irlanda: 1,5%; Portugal: 2,1%.

Nos dois últimos exercícios não foram registadas quaisquer imparidades em títulos de dívida.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2015					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	404.345	449.007	44.662	3,7%	6	99
Grécia	5	1.695	1.690	0,0%	27	0
Irlanda	2.995.314	2.990.858	-4.456	4,6%	0	102
Espanha	6.009.462	6.425.700	416.238	4,0%	2	100
Itália	8.723.763	9.441.530	717.767	4,3%	2	101
Ativos deter até à maturidade						
Portugal	2.613.975	2.731.355	117.380	2,9%	10	99
	20.746.863	22.040.144	1.293.281	4,0%	3	101

(Un: Euros)

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2014					
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Reserva de Justo Valor	Taxa de Juro Média	Maturidade Média (anos)	Nível de Valorização
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	294.578	332.720	38.142	4,1%	5	98
Grécia	3	4.712	4.709	0,0%	29	0
Irlanda	3.113.372	3.123.460	10.088	4,6%	2	106
Espanha	6.007.360	6.541.050	533.690	4,0%	3	100
Itália	11.890.409	12.708.590	818.181	4,2%	3	102
	21.305.722	22.710.532	1.404.810	4,2%	3	102

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. Adotaram-se os seguintes critérios:

-Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

I. Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;

II. Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);
- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
- Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2015, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes. No ano de 2015, em linha com o que já se tinha registado nos anos anteriores, manteve-se a tendência de decréscimo do número de mediadores com poderes de cobrança.

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.
O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;
- 45% dos planos de pagamento em vigor e que estão a ser cumpridos
- 30% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco spread e Risco de Liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

(Un: Euros)

Maturidades	2015	%	2014	%
<1 ano	29.268.694	13,7%	35.438.252	15,8%
1 a 2 anos	13.429.130	6,3%	30.052.813	13,4%
3 a 5 anos	88.192.401	41,2%	68.290.053	30,5%
6 a 10 anos	55.562.497	26,0%	65.086.903	29,1%
> 10 anos	2.206.297	1,0%	10.675.924	4,8%
Instrumentos Representativos de Capital	25.311.207	11,8%	14.225.694	6,4%
Total Geral	**213.970.226**	**100,0%**	**223.769.640**	**100,0%**

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos.

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2016, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 24 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2015, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 32 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 7,9 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2016	
Cash-flows do Ativo	32.272.768
Amortizações	27.830.000
Juros	4.442.768
Cash-flows do Passivo	(24.342.613)
Prémios (negócio existente)	20.347.119
Reembolsos	(38.347.025)
Outros CF negativos	(6.342.706)
Mismatch Cash-flow ativo/passivo	**7.930.155**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Desta forma o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo subiu de 4,2 para 6,0 milhões de euros (2,1% do total dos ativos).
A descida dos yields para valores negativos ou próximos de 0 relativamente ao mercado de dívida soberana levou a uma exposição mais criteriosa nessa classe de ativos, continuando a ser no entanto um ativo chave para gestão prudente e avisada face às necessidades futuras de liquidez. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 60,0 milhões de euros (2014: 69,4), representando 29,4% da carteira de investimento. Destaca-se ainda que cerca de 56% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É ainda de referir que aproximadamente 65% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2014: 73%). Face ao ano anterior a exposição a unidade de participação de fundos de investimento praticamente duplicou (+91%) e passou a representar 11,2% da carteira, ou seja 22,7 milhões de euros (2014: Mio 11,9 mio).

A exposição a unidades de participação é composta quase na totalidade por fundos de mercado monetário.

Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de contratos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2015 e anos seguintes e a respetiva carteira de ativos, são os seguintes:

Intervalo	Responsabilidades à data incluindo capitalização das taxas técnicas e prémios futuros (*)	Ativos (V. Nominal e Cupão Acumulado) (*)
<=1 ano	7.849.869	10.269.182
2 anos	5.218.863	3.453.002
de 3 a 5 anos	11.279.932	13.752.678
de 6 a 10 anos	10.021.593	3.832.059
Superior a 10 anos	12.469.532	3.945.447

(*) ativos e passivos descontados à taxa de juro sem risco

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de investimentos. Estão implementados os seguintes indicadores:

- ""Net loss limit": este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- "Risk-based capital": este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Este indicador apresentava, no final de 2015, um valor de 38,0 milhões de euros o que significa que a estratégia de investimentos implementada era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de ativos existentes e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 27,6 o que nos dá uma indicação da conjugação benéfica entre a solidez financeira da empresa e a resiliência da estratégia de investimentos.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência evidencia um rácio de cobertura de 2,53 (2014: 2,64).
A companhia procede ao cálculo da margem de solvência mensalmente, pelo que é possível afirmar que foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas diretrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a acionistas, quer segurados.

A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de ativos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as ações que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na otimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.
As exigências de capital são objeto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência da Companhia é influenciada pelo valor dos ativos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efetuada através de uma análise de sensibilidade a variações de mercado para cada classe de ativos.
O ponto de partida é a carteira existente a 31 de Dezembro de 2015 e é composta em 82% por Obrigações e com uma Duração Média Modificada de 2,83. Destaca-se também o peso relativo do investimento imobiliário e que ascende a 13%.

Atendendo a que o Excesso de Solvência a 31 de Dezembro de 2015 era de 16,4 milhões de euros, o rácio de cobertura ascendia a 253%, simulou-se uma descida de 100 p.b. na estrutura da curva de rendimentos, assim como uma valorização de 10% no preço dos ativos imobiliários e acionistas.

A simulação foi efetuada de forma simultânea nas diferentes classes de ativos e em ambos os sentidos. O resultado desta simulação aponta para uma subida do rácio de solvência de 264% para 333% com um incremento de 8,6 milhões de euros nos capitais próprios.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Esta variação é explicada em 64% pela valorização da carteira de obrigações e em 36% pelo maior valor dos investimentos em imobiliário.

No outro sentido testou-se um cenário extremo e que consiste numa subida de 1% nas taxas de juro, uma quebra de 25% no valor dos ativos imobiliários e de 30% no preço das ações. Neste caso o impacto negativo nos capitais próprios ascenderia a 13,3 milhões de euros e que se explica em 59% pelo valor dos ativos imobiliários e 41% pela quebra do valor das obrigações. Ainda assim, a companhia apresentaria um rácio de solvência positivo em 129%.

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo refletido:

Análise de Sensibilidade

(Un: Euros)

Risco	Exposição a Valores de Mercado	Duração Modificada	Variações			
			(+)	Impacto	(-)	Impacto
Taxa de Juro	197.863.004	2.77	-100p.b.	5.485.341	+100 p.b.	(5.485.341)
Imobiliário	31.126.741		+10%	3.112.674	-25%	(7.781.685)
Participações	590		+10%	59	-30%	(177)
Impacto nos Capitais Próprios(*)	(*)			8.598.074		(13.267.203)
Margem de Solvência				333%		129%

(*)Impacto nos capitais próprios, assumindo uma variação simultânea dos diferentes indicadores

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2015 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo SMA;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Identificação de gestores de risco por processo, de forma a garantir a identificação e atualização contínua dos respetivos riscos e controlos;
- Gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente constituído pela área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude;
- Finalização da primeira fase do projeto de Plano de Continuidade de Negócio (PCN), assente na conclusão dos seguintes objetivos/ entregáveis: BIA (Business Impact Analisys); PRT (Plano de Recuperação Tecnológico), PSI (Plano de Segurança Interno); PCC (Plano de Controlo de Crise); Estratégia do PCN e Manutenção do PCN.

Risco de Compliance

No âmbito do compliance pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada no Departamento de Gestão de Riscos e Planeamento visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2015 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IV – GESTÃO DE RISCOS

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de "Comunicação VICTORIA";
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Controlo mensal das atividades da entidade de supervisão relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e qualquer ação implementada, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Elaboração do relatório anual das atividades desenvolvidas, bem como do plano do próximo ano.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

(Un: Euros)

	2015	2014
CAIXA E EQUIVALENTES	4.911	4.911
DEPÓSITOS À ORDEM	5.142.229	3.804.497
	5.147.140	**3.809.408**

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Em 2015, os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 111.271.

A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

Edifícios	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Variação justo valor	Vida útil
De uso próprio					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2015	269.410	217.500	(39.622)	83
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2015	152.931	182.000	(39.908)	63
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2015	288.999	344.000	50.668	73
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2015	389.122	296.000	2.762	83
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2015	331.976	310.000	7.938	83
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2015	362.297	355.000	(22.807)	93
De rendimento					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2015	25.769.867	26.185.350	1.182.968	98
Total		**27.564.602**	**27.889.850**	**1.141.999**	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições/ Transferência	Reavaliações	Alienações/ Transferência	Depreciações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações					
Uso próprio							
Terrenos	495.894	-	-	-	-	-	**495.894**
Edifícios	1.208.606	14.967	-	14.967	-	15.124	**1.193.482**
Subtotal	**1.704.500**	**14.967**	**-**	**14.967**	**-**	**15.124**	**1.689.376**
Rendimento							
Terrenos	7.177.768	-	-	-	-	-	**7.177.768**
Edifícios	18.073.026	-	-	934.556	-	-	**19.007.582**
Subtotal	**25.250.794**	**-**	**-**	**934.556**	**-**	**-**	**26.185.350**
Total	**26.955.294**	**14.967**	**-**	**949.523**	**-**	**15.124**	**27.874.726**

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de Dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em Dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades. O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de € 14.904.239. O valor do imóvel à data de encerramento, e de acordo com avaliação efetuada, ascende a € 17.457.545.

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Custo de aquisição	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	5.455.122	(155.263)	5.299.859	4.931.385	230.889	5.162.274
Títulos de Dívida	24.423.304	198.592	24.621.896	29.581.556	(257.766)	29.323.790
Dívida Pública	1.313.494	(46.325)	1.267.169	158.447	(9.164)	149.283
De Outros Em. Públicos	6.821.284	2.952	6.824.236	7.982.691	(33.290)	7.949.401
De Outros Emissores	16.198.597	241.965	16.440.562	21.364.775	(215.312)	21.149.463
Juros a receber	89.929.	-	89.929	75.643	-	75.643
Total	**29.878.426**	**43.329**	**29.921.755**	**34.512.941**	**(26.877)**	**34.486.064**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2015 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos
Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável
Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Setores	2015					2014				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	3,7%	1.098.875	1.098.875			4,1%	1.402.287	1.402.287		
Bens Consumo, Não Cíclicas	7,2%	2.165.548	2.165.548			4,9%	1.685.692	1.685.692		
Industrial e Matérias Primas	2,3%	699.910	699.910			9,6%	3.318.504	3.318.504		
Comunicações e Tecnologias	2,9%	877.312	877.312			2,0%	695.350	695.350		
Utilities	4,2%	1.242.611	1.242.611			3,7%	1.269.125	1.269.126		
Energia	8,0%	2.386.241	2.386.241			4,3%	1.477.800	1.477.800		
Serviços	0,3%	102.348	102.348			0,0%				
Financeiro	26,9%	8.039.269	8.039.269			35,0%	12.067.991	12.067.991		
Dívida Soberana	26,8%	8.009.782	8.009.782			21,5%	7.407.041	7.407.041		
Fundo Ações	1,3%	375.828		375.828		0,5%	158.563	158.563		
Fundo Imobiliário	6,0%	1.803.200		1.803.200		4,8%	1.650.745	1.650.745		
Fundo Commodities	0,1%	18.552		18.552						
Fundo Obrigações	10,4%	3.102.279		3.102.279		9,7%	3.352.966	3.352.966		
Total Geral	**100%**	**29.921.755**	**24.621.896**	**5.299.859**		**100%**	**34.486.064**	**34.486.065**		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 5 – Ativos financeiros disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2015				2014			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unid. Participação	20.509.718	(636.312)	137.351	20.010.757	9.673.369	(636.312)	25.773	9.062.830
Títulos de Dívida	142.281.817	-	8.972.184	151.254.001	157.845.897	-	12.100.125	169.946.022
Dívida Pública	50.048.039	-	4.904.222	54.952.261	61.860.883	-	6.087.307	67.948.190
De Outros Emissores Públicos	20.609.879	-	1.302.120	21.911.999	20.878.981	-	1.577.767	22.456.748
De Outros Emissores	69.651.051	-	2.765.842	72.416.893	72.918.086	-	4.435.051	77.353.137
Juros a receber	1.972.848	-	-	1.972.848	2.187.947	-	-	2.187.947
Total	**162.791.535**	**(636.312)**	**9.109.535**	**171.264.758**	**167.519.266**	**(636.312)**	**12.125.989**	**179.008.852**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Dos quais:

Setores	2015					2014				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	1,5%	2.498.274	2.498.274			1,1%	2.004.560	2.004.560		
Bens Consumo, Não Cíclicas	3,7%	6.266.344	6.266.344			1,8%	3.151.429	3.151.429		
Industrial e Matérias Primas	5,1%	8.802.909	8.802.909			5,5%	9.842.101	9.842.101		
Comunicações e Tecnologias	2,2%	3.732.687	3.732.687			1,1%	2.000.180	2.000.180		
Utilities	1,2%	2.029.902	2.029.902			0,9%	1.668.367	1.668.367		
Energia	1,9%	3.192.117	3.192.117			1,0%	1.847.519	1.847.519		
Financeiro	25,8%	44.109.384	44.109.384			30,5%	54.613.916	54.613.916		
Serviço	0,4%	716.433	716.433							
Dívida Soberana	46,7%	79.905.951	79.905.951			53,0%	94.817.950	94.817.950		
Fundo Imobiliário	0,8%	1.433.691		1.433.691		0,8%	1.439.498		1.439.498	
Fundo Obrigações	10,8%	18.577.066		18.577.066		4,3%	7.623.332		7.623.332	
Total Geral	**100%**	**171.264.758**	**151.254.001**	**20.010.757**		**100%**	**179.008.852**	**169.946.022**	**9.062.830**	

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

	2015	2014
Outros depósitos – Depósitos a prazo	837.574	933.162
Juros a receber	4	72
Empréstimos concedidos	9.315.322	9.340.900
Empréstimos sobre apólices	579.682	604.045
Outros Empréstimos	8.713.118	8.713.118
Juros a receber	22.522	23.737
Total	**10.152.900**	**10.274.134**

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo caracter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor. O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2015		2014	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	2.747.393	2.630.223		
Dívida Pública	2.731.355	2.614.185		
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimo de Juros	16.038	16.038		
Total	**2.747.393**	**2.630.223**	**-**	**-**

Os títulos classificados nesta categoria, foram adquiridos no decurso do ano e têm vencimento em 2025.
Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 8 – Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2015 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2015				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	107.570	3.450.369	1.567.990	21.211	5.147.140
Terrenos e Edifícios	26.480.226	-	-	1.394.500	27.874.726
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	-	-	-	590	590
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	29.921.755	-	29.921.755
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	5.299.859	-	5.299.859
Títulos de Dívida	-	-	24.621.896	-	24.621.896
Ativos disponíveis para venda	125.543.208	45.079.695	-	641.855	171.264.758
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	15.294.964	4.675.192	-	40.601	20.010.757
Títulos de Dívida	110.248.244	40.404.503	-	601.254	151.254.001
Investimentos a deter até à maturidade	1.637.686	992.537	-	-	2.630.223
Títulos de Dívida	1.637.686	992.537	-	-	2.630.223
Empréstimos concedidos e contas a receber	523.325	-	606.361	9.023.214	10.152.900
Depósitos a Prazo	-	-	550.004	287.574	837.578
Empréstimos concedidos	523.325	-	56.357	8.735.640	9.315.322
Total	**154.292.015**	**49.522.601**	**32.096.106**	**11.081.370**	**246.992.092**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

	2014				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	101.464	2.394.752	1.021.366	291.826	3.809.408
Terrenos e Edifícios	25.560.794	-	-	1.394.500	26.955.294
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos	-	-	-	590	590
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	34.486.064	-	-
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-	5.132.274	-	5.162.274
Títulos de Dívida	-	-	29.323.790	-	29.323.790
Ativos disponíveis para venda	132.760.022	45.146.816	-	1.102.014	179.008.852
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	2.339.004	6.723.826	-	-	9.062.830
Títulos de Dívida	130.421.018	38.422.990	-	1.102.014	169.946.022
Empréstimos concedidos e contas a receber	542.688	-	61.357	9.670.089	10.274.134
Depósitos a Prazo	-	-	-	933.234	933.234
Empréstimos concedidos	542.688	-	61.357	8.736.855	9.340.900
Total	**158.964.968**	**47.541.568**	**35.568.787**	**12.459.019**	**254.534.342**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento Administrativo	1.871.075	(1.851.247)	131	-	-	(85.163)	(8.060)	85.163	11.899
Máquinas e Ferramentas	223.401	(218.297)	-	-	-	(7.408)	(1.775)	7.408	3.329
Equipamento Informático	873.767	(733.466)	15.808	-	-	(13.630)	(80.903)	13.631	75.207
Instalações Interiores	605.293	(525.723)	15.846	-	-	(597)	(22.925)	208	72.102
Outro Equipamento	839.408	(819.518)	-	-	-	-	(18.115)	-	1.775
Subtotal	4.412.944	(4.148.251)	31.785	-	-	(106.798)	(131.778)	106.410	164.312
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	46.487	-	-	-	-	-	-	-	46.487
TOTAL	**4.459.431**	**(4.148.251)**	**31.785**	**-**	**-**	**(106.798)**	**(131.778)**	**106.410**	**210.799**

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	5.666.376	(5.184.014)	2.845	-	367.663	(832)	(186.827)	832	666.043
Ativos intangíveis em curso	619.807	-	856.195	-	(367.663)	-	-	-	1.108.339
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**6.286.183**	**(5.184.014)**	**859.040**	**-**	**-**	**(832)**	**(186.827)**	**832**	**1.774.382**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Tomadores de Seguros	881.135	1.459.337
Mediadores de Seguros	171.285	266
Imparidade	(66.018)	(246.680)
Subtotal	986.402	1.212.923
Resseguradores	549.054	733.437
Imparidade	(14.337)	-
Subtotal	534.717	733.437
Outros Devedores	1.819.110	2.149.233
Imparidade	(130.744)	(130.744)
Subtotal	1.688.366	2.018.489
TOTAL	**3.209.485**	**3.964.849**

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.055.285 (2014: Euros 1.142.998).

A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita essencialmente a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 94.663 (2014: Euros 349.128).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador. A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014 são como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Benefícios de pós emprego	825.684	701.919
Outros Benefícios de longo prazo	(123.189)	(148.850)
	702.495	**553.069**

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.
Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Responsabilidades por benefícios	460.745	400.681
Justo valor dos ativos do fundo	460.745	400.681
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	-	-

A taxa de rendimento bruta obtida em 2015 foi de 0,51% (5,01% em 2014).

A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 46.358.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	4	2.880 €	720 €	72

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2015 e 2014, são como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	59.866	1.175.771	1.235.637	67.686	1.194.453	1.262.139
Justo valor dos ativos do fundo	942.783	995.349	1.938.132	941.992	873.215	1.815.207
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**882.917**	**(180.422)**	**702.495**	**874.306**	**(321.238)**	**553.068**

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 1 de janeiro	67.686	1.194.453	1.262.139	61.935	999.887	1.061.822
Custo do serviço corrente	-	3.894	3.894	-	4.667	4.667
Custo de juros	1.218	21.490	22.708	2.128	34.347	36.475
(Ganhos) e perdas atuariais	(6.194)	43.549	37.355	6.410	176.874	183.284
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas Antecipadas	-	(32.234)	(32.234)	-	29.908	29.908
Benefícios pagos	(2.844)	(55.381)	(58.225)	(2.787)	(51.230)	(54.017)
Redução por alteração do CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	**59.866**	**1.175.771**	**1.235.637**	**67.686**	**1.194.453**	**1.262.139**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da MetLife. A responsabilidade ascende a Euros 253.692 (2014: Euros 290.303).

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Ativos do plano em 1 de janeiro	941.992	873.215	1.815.207	923.530	885.615	1.809.145
Retorno esperado dos ativos	(1.648)	(10.025)	(11.673)	554	(8.325)	(7.771)
Ganhos e (perdas) atuariais	5.283	15.153	20.436	20.695	47.155	67.850
Contribuições do empregador	-	172.387	172.387	-	-	-
Benefícios pagos	(2.844)	(55.381)	(58.225)	(2.787)	(51.230)	(54.017)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano em 31 de dezembro	**942.783**	**995.349**	**1.938.132**	**941.992**	**873.215**	**1.815.207**

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são como segue:

(Un:

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	4.667	4.667
Custo de juros	1.218	18.812	20.030	2.128	34.347	36.475
Retorno esperado dos ativos	1.648	10.025	11.673	(554)	8.325	7.771
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais					29.906	29.906
Total do custo do ano	**2.866**	**28.837**	**31.703**	**1.574**	**77.245**	**78.819**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

(Un: Euros)

	2015		2014	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,42%	19.866	1,35%	18.141
Fundos de Investimento em Ações	6,31%	88.498	1,92%	25.794
Ações	0,00%	0	0%	0
Fundos de Investimento em Obrigações	20,16%	282.957	10,82%	145.276
Obrigações de Taxa Variável	28,55%	400.727	26,59%	357.034
Obrigações de Taxa Fixa	40,43%	567.496	49,27%	661.501
Mercado Monetário	3,13%	43.984	10,05%	134.927
Total	**100,00%**	**1.403.528**	**100%**	**1.342.673**

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 3.634.
Os ganhos e perdas atuariais em 2015 e 2014 são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	(500)	(193.152)	(193.652)	(14.785)	(63.433)	(78.218)
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	6.194	(43.549)	(37.355)	(6.410)	(176.874)	(183.284)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	5.283	15.153	20.436	20.965	47.155	67.850
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	**10.977**	**(221.548)**	**(210.571)**	**(500)**	**(193.152)**	**(193.652)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2015	2014
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	2,23%	1,8%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.
A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014	2013	2012	2011
Responsabilidades por benefícios	1.235.637	1.262.139	1.061.822	1.124.292	1.086.566
Justo valor dos ativos do fundo	1.938.132	1.815.207	1.809.145	1.870.932	1.027.173
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**702.495**	**553.068**	**747.323**	**746.640**	**(59.393)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

Para o cálculo dos impostos diferidos, foi tido em consideração a alteração da taxa de imposto de 23% para 21%, que entra em vigor a 01.01.2015.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Investimentos Financeiros	238	238	221.744	381.657	(221.506)	(381.419)
Benefícios a empregados	27.718	33.491	-	-	27.718	33.491
Provisões	161.021	175.437	-	-	161.021	175.437
Imóveis	22.657	36.570	12.022	10.735	10.635	25.836
Prejuízos Fiscais	265.535	-	-	-	265.535	
Impostos diferidos ativos / (passivos)	**477.169**	**245.737**	**233.766**	**392.392**	**243.403**	**(146.655)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2015			2014		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros	(33.926)	193.838	159.913	(65.647)	(188.158)	(253.806)
Benefícios a empregados	(5.774)	-	(5.774)	(147.783)		(147.783)
Provisões	(14.416)	-	(14.416)	(102.090)		(102.090)
Imóveis	(14.867)	(333)	(15.200)	9.490	(7.933)	1.557
Prejuízos fiscais	265.535	-	265.535	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	**196.553**	**193.505**	**390.058**	**(306.031)**	**(196.091)**	**(502.122)**

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMA, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento.

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é nulo.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2015 e 2014 é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Imposto corrente	(506.640)	46.862
Imposto diferido	196.553	(306.031)
Imposto Exercício	**(310.087)**	**(259.169)**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014	Variação
Imposto corrente	**(2.080.928)**	**(2.513.081)**	**432.153**
Investimentos financeiros	(2.024.125)	(2.456.278)	432.153
Imóveis	(56.803)	(56.803)	-
Imposto diferido	**(233.766)**	**(427.271)**	**193.505**
Investimentos financeiros	(221.744)	(415.583)	193.838
Imóveis	(12.022)	(11.689)	(333)
Total imposto reconhecido reservas	**(2.314.694)**	**(2.940.352**	**625.658**

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
RESULTADO ANTES IMPOSTO	831.511	597.792
Taxa Imposto	22,5%	24,50%
Imposto Calculado com base taxa imposto	(187.090)	(146.459)
Imposto Diferido Ativo - utilização		127.877
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente		(133.969)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(59.123)	32.051
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	10.613	1.397
Imposto Autónomo (Trib. Autónoma +Derrama)	(74.487)	(140.066)
Imposto do Exercício (Corrente + Diferido)	(310.087)	(259.169)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 14 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 2015	Valor de balanço 2014
Provisões técnicas de seguro direto	**188.029.781**	**1.803.822**	**186.225.959**	**187.802.941**
Provisão matemática	169.649.097	1.726.301	167.922.796	169.712.764
Provisão para prémios não adquiridos	937.727	77.521	860.206	885.702
Provisão para sinistros	7.470.555		7.470.555	6.841.696
Provisão participação resultados	4.796.554		4.796.554	5.804.385
Provisão para compromissos taxa	5.175.848		5.175.848	4.558.394
Provisões técnicas de resseguro cedido	**32.550**		**32.550**	**60.000**
Provisão matemática	-		-	-
Provisão para sinistros	32.550		32.550	60.000

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

Provisão Matemática	2015	2014
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	14.269	22.873
Carteira Nova		
Individual	81.982.254	90.890.225
Produtos Financeiros Individuais	16.153.720	14.713.980
Rendas Individual	270.086	263.515
Rendas Grupo	5.792.689	6.552.590
Grupo Tradicionais	3.978.522	4.073.289
Produtos Financeiros Grupo	34.912.596	28.151.261
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	183	291
Rendas Individual	2.243.577	1.943.147
Rendas Grupo	18.954.868	19.443.560
Risco		
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	3.620.032	3.658.033
TOTAL	**167.922.796**	**169.712.764**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT).

Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos.

O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.620.032 (2014: Euros 3.658.033) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	2015	2014
Seguros de Vida	2.147.714	1.589.731
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.028.134	2.968.663
TOTAL	**5.175.484**	**4.558.394**

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas-Certas - Amortizações	PM 60/64	4%
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de capitais		
Prazo Fixo	n.a.	4%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM 80	2,75%
	GKM 80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a
Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 1,85%
Investimento Programado		1,35%
Confiança PPR		1,35%
PPR Novo Valor		3,5%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		0,25%
Garantia Rendimento		0,25%
Invest		4%
PPR Valorização		4%
PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a
BlueCrow Capital	n.a.	n.a

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Seguro de Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida
Seguros de rendas		
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%
Seguros de capital		
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável		
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%
	GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%
Lifeplan Investment	n.a.	n.a

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

I. Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 455.387 (2014: Euros 541.353), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2014 é analisado como segue:

(Un: Euros)

Provisão para sinistros em 31-12-2014	Montantes pagos no exercício [1]	Provisão para sinistros em 31-12-2015 [1]	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores
6.841.696	1.573.737	4.886.857	(381.102)

(1) referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2015, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

II. Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

Para o exercício de 2015, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(Un: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	854	0%	-
Carteira Nova			
Individual	5.898.254	8%	471.860
Rendas Individual	30.031	0%	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	5.146	0%	-
PPR Confiança	351	0%	-
Rendas Grupo	377.253	0%	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	360.708	0%	-
Grupo Tradicionais	238.121	0%	-
VICTORIA Vantagem Investimento	1.469.367	0%	-
Total	**8.380.355**		**471.860**

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2013 a 2015).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2015, é a seguinte:

(Un: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento benefícios	
Carteira Antiga	45.893	319	2.899	-	43.313
Carteira Nova					
Individual	1.555.657	154.338	579.596	55.431	1.074.968
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2.835.280	1.864.895	1.777.473	-	2.922.702
VICTORIA Vantagem Investimento	136.112	17.899	3.010	128.128	22.873
Total	**4.833.780**	**2.037.451**	**2.362.978**	**183.559**	**4.324.694**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro.

No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(Un: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
Valor inicial	**35.170.812**	**397.975**	**35.568.787**
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	2.263.893	11.099	2.274.992
Montantes pagos	6.788.863	13.912	6.802.775
Rendimento (gastos)	1.626.096	23.772	1.649.868
Encargos de Gestão	435.691	10.078	445.769
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	-148.997	-	-148.997
Valor final	**31.687.250**	**408.856**	**32.096.106**

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Tomadores de Seguros	3.500.107	3.184.914
Mediadores de Seguros	19.051	99.733
Co-Seguros	101.531	30.287
Subtotal	3.620.689	3.314.934
Resseguradores	7.636	737
Outros Credores	788.287	994.082
TOTAL	**4.416.612**	**4.309.753**

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 3.151.904 (2014: Euros 2.907.471) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes.

A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 60.754 (2014: Euros 81) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

(Un: Euros)

	2015	2014
Rendas e Alugueres	38.589	38.533
Outros acréscimos e diferimentos	392.343	229.225
Total	**430.932**	**267.758**

Acréscimos e diferimentos no Passivo

(Un: Euros)

	2015	2014
Férias e subsídio de férias	477.095	492.528
Outros encargos com pessoal	3.483	-
Incentivos comerciais	404.862	444.911
Rendas e alugueres	257.156	252.200
Outros acréscimos e diferimentos	201.867	120.404
Total	**1.344.463**	**1.310.043**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 18 – Capital Próprio

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2015, as seguintes alterações:

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros	12.125.898	(2.372.074)	(644.289)	9.109.535
Instrumentos de capital e Unid Participação	25.773	117.387	(5.809)	137.351
Títulos de Dívida	12.100.125	(2.489.461)	(638.480)	8.972.184
Dívida Pública	6.087.307	(634.978)	(548.107)	4.904.222
De Outros Emissores Públicos	1.577.767	(273.623)	(2.024)	1.302.120
De Outros Emissores	4.435.051	(1.580.860)	(88.349)	2.765.842
Terrenos e Edifícios	301.389	8.390		309.779
Total	**12.427.287**	**(2.363.684)**	**(644.289)**	**9.419.314**
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(970.605)	498.745		(471.860)
Total	**11.456.682**	**(1.864.939)**	**(644.289)**	**8.947.454**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 19 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

No decurso de 2015, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMA.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional - SGPS	VICTORIA-Seguros, S.A	Selicomi	ASEFA	SMABTP Vie
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido					
Rendimento empréstimos concedidos			332.009		
Total dos Proveitos	0	0	332.009	0	0
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg					
Custos com sinistros					
Variação Provisões Técnicas					
Outros Gastos Gerais e Administrativos	117.923				148.604
Total dos Custos	117.923	0	0	0	148.604
Líquido Proveitos/ (Custos) 2015	-177.923	0	332.009	0	-148.604
Líquido Proveitos/ (Custos) 2014	-336.561	0	23.736	0	-159.216

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

(Un: Euros)

BALANÇO	VICTORIA Internacional - SGPS	VICTORIA- Seguros, S.A	Selicomi	ASEFA	SMABTP Vie
Ativo					
Empréstimos e contas a receber			8.735.640		
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido					
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.055.285			842	0
Total do Ativo	1.055.285	0	8.735.640	842	0
Passivo					
Passivos Subordinados					
Depósitos recebidos de resseguradores					
Outros Credores por operações de seguro e outras		60.754			
Total do Passivo	0	60.754	0	0	0
Liquido Ativo / (Passivo) 2015	1.055.285	-60.754	8.735.640	842	0
Liquido Ativo / (Passivo) 2014	1.142.998	-81	8.735.640	0	0

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere à entidade SMAVie, esta desenvolve a atividade de front office da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 22 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Em 31 de dezembro de 2015, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2016	78.324
2017	69.904
2018	64.153
2019	35.926
Total	**248.307**

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Natureza da Garantia	2015	2014
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Direção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	-	5.756
Total	**282.574**	**288.330**

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 28.096.260 (2014: Euros 26.966.788), dos quais Euros 2.341.001 (2014: Euros 2.364.214) têm taxa garantida.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 22 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

(Un: Euros)

Prémios brutos emitidos de seguro direto	2015	2014
Relativos a contratos individuais	22.681.170	30.433.259
Relativos a contratos de grupo	17.565.661	12.940.933
	40.246.831	**43.374.192**
Periódicos	19.216.735	21.587.261
Não Periódicos	21.030.096	21.786.931
	40.246.831	**43.374.192**
De contratos sem participação nos resultados	4.041.918	7.537.774
De contratos com participação nos resultados	36.204.913	35.836.418
	40.246.831	**43.374.192**
Saldo de resseguro	**(525.017)**	**(219.958)**

NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2015	2014
Encargos de subscrição	12.546	14.867
Comissão de gestão	445.862	542.016
	458.408	**556.883**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III.

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Terrenos e Edifícios	2.149.779	2.120.806
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	239.752	273.400
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	4.240	1.512
Títulos de Dívida	235.512	271.888
Ativos disponíveis para venda	3.558.518	4.108.908
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	-
Títulos de Dívida	3.558.518	4.108.908
Empréstimos concedidos e contas a receber	346.571	40.733
Depósitos	970	3.177
Empréstimos concedidos	345.601	37.556
Investimentos a deter até à maturidade	42.843	-
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-
Títulos de Dívida	42.843	-
TOTAL	**6.337.463**	**6.543.847**

Não existem de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 25 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Ativos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	17.987	40.567
Títulos de dívida	452.599	1.880.992
Subtotal	470.586	1.921.559
Terrenos e Edifícios	941.132	(48.107)
	1.411.718	**1.873.452**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2015		2014	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(8.604)	(43.328)	(15.106)	123.313
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(496)	155.263	23.966	(230.888)
Títulos de Dívida	(8.108)	(198.591)	(39.072)	354.201
Total	**(8.604)**	**(43.328)**	**(15.106)**	**123.313**

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(Un: Euros)

	2015	2016
Gastos em passivos	(1.824.724)	(2.811.284)
Ganhos em passivos	174.855	81.106
Total	**(1.649.869)**	**(2.730.178)**

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 28 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 4.

Em 2015, não se registou qualquer tipo de imparidade.

A imparidade reconhecida em 2014 no montante de Euros 145.683 respeita a ativos classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários.

NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014		2015	2014
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro		-	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	177.930	220.509	Por gestão Fundos de Pensões	184.921	164.063
Por outros	-	528	Por outros	13.280	29.128
Subtotal	177.930	221.037	Subtotal	198.201	193.191
Total	**20.271**	**(27.846)**			

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 30 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos.

Inclui ainda uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	681.624	32.993	110.345	4.078	600.194

NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2015	2014		2015	2014
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades		-	Restituição impostos	145.540	169.561
Quotizações diversas e donativos	-	620	Outros rendimentos e ganhos	80.950	5.213
Outros gastos e perdas	26.056	19.052			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	688	7.928	Juros obtidos	25.932	1.119
Outros gastos e perdas	20.420	20.000	Outros rendimentos e ganhos	-	21.321
Austamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	20.631	De recibos por cobrar	183.343	
De créditos de cobrança duvidosa	14.990		De créditos de cobrança duvidosa		
Perdas em Ativos Tangíveis	387	23.447	Outros	5.571	-
Subtotal	62.541	91.678		441.336	197.214
Total	**378.795**	**105.536**			

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 32 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2015	2014
Despesas com Pessoal	4.119.958	4.319.907
Fornecimento e Serviços Externos	3.262.311	3.179.419
Impostos e Taxas	67.827	70.015
Amortizações do Exercício	333.729	415.146
Juros Suportados	-	-
Comissões	224.660	233.728
Total	**8.008.485**	**8.218.215**

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de contas que têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

- Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 50.300 Euros, incluindo serviços de garantia de fiabilidade, pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno e mapas prudenciais e estatísticos no montante de 14.300 Euros
- Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 14.200 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA.

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

	2015		2014	
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento
Custos com sinistros	1.042.121		642.667	-
Custos de exploração	5.628.109	297.281	6.151.975	377.882
Custos de aquisição	2.529.780	133.625	1.697.940	96.572
Custos administrativos	3.098.329	163.656	4.454.035	281.310
Custos com investimentos	735.099	38.828	713.021	43.998
Custos Gestão Fundos de Pensões	267.047	-	288.672	-
Total	**7.672.376**	**336.109**	**7.796.335**	**421.880**

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 33 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 93 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2015	Nº Médio de Empregados 2014
Quadros superiores	13	13
Quadros médios	7	7
Profissionais altamente qualificados	24	24
Profissionais qualificados	47	49
Profissionais semi – qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	**91**	**93**

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são analisados como segue:

Rubricas	2014	2013
Remunerações		
dos órgãos sociais	14.195	-
do pessoal	3.155.321	3.283.620
Encargos sobre remunerações	710.315	756.113
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	46.358	17.798
Planos de benefício definido	2.866	1.574

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

(Un: Euros)

Rubricas	2014	2013
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	28.837	77.245
Benefícios de cessação de emprego	30.716	29.087
Seguros obrigatórios	74.679	70.590
Gastos de ação social	27.867	39.180
Outros gastos com pessoal	28.804	44.700
Total de custos com pessoal	**4.119.958**	**4.319.907**

Os órgãos da companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

(Un: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	3	202.426	214.433
Diretores	8	416.570	424.612
Responsáveis	20	313.934	854.112
Total	**31**	**932.930**	**1.493.157**

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida.

A Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 e alterações posteriores, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício. A referida lei estabelece, entre outros, o novo regime de Solvência (Solvência II) aplicável ao setor segurador, produzindo efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

De forma a cumprir as obrigações impostas pela nova regulamentação de Solvência II, a Companhia estabeleceu um plano de implementação que foi remetido à ASF, no âmbito da Circular n.º 5/2014, de 12 de Dezembro, contendo, entre outros a calendarização das tarefas planeadas e respetivo grau de execução e a abordagem aos vários tipos de requisitos incluídos no regime Solvência II (quantitativos, qualitativos e de reporte e divulgação de informação).

De acordo com o Regulamento Delegado em vigor, a Companhia terá de enviar à ASF até 20 semanas após 1 de janeiro de 2016, os dados definitivos do Balanço económico de abertura de acordo com os novos critérios de Solvência e os valores relativos ao requisito de capital de solvência (SCR) e ao requisito de capital mínimo (MCR) com referência à data de entrada em vigor do novo regime, ou seja, 1 de janeiro de 2016. Consequentemente, à data atual, embora o Conselho de Administração esteja a preparar informação preliminar a este respeito, não dispõe de informação definitiva, encontrando-se o Plano de Implementação em fase de execução, com as suas diversas fases e atividades a serem executadas de acordo com o calendário previsto.

Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito
Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação
Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros
Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

1. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2015.

a. Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia.

Não existem revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela empresa.

b. Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu três melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a exceção aplicável ao portfólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9, independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 1361/2014, de 18 de Dezembro), as alterações são aplicáveis prospetivamente aos períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2014.

2. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 01 de Janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Já endossadas pela UE:

IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efetuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custo do serviço no período em que o serviço é prestado.
De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/29, de 17 de Dezembro de 2014), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospetiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu seis melhorias em cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Ações

Atualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação dos segmentos. A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis e IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação,

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efetuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior. Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica que uma entidade de gestora – uma entidade que presta serviços de gestão – é uma parte relacionada sujeita aos requisitos de divulgação associados. Adicionalmente, uma entidade que utilize os serviços de uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos com tais serviços.

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2015/28, de 17 de Dezembro de 2014) as melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de fevereiro de 2015. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospetiva.

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41. Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41.
De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2113/2015, de 23 de novembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.
De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2231/2015, de 2 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que comece em ou após o primeiro dia do mês seguinte à entrada em vigor do regulamento, ou seja, em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.

IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro

As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade
A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidirem sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações). Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

Deixam de ser aplicáveis os requisitos de divulgação da IAS 8 § 28-30 (ou seja, sobre as normas ainda não adotadas e aplicação inicial de uma norma).

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2406/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28-30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu cinco melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.
Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.
Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez. A aplicação deve ser retrospetiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.
Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

De acordo com o endosso (Regulamento EU nº 2343/2015, de 18 de dezembro), as alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2016. É permitida a aplicação mais cedo. Se uma entidade aplicar essas emendas a um período anterior, deve divulgar esse facto.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (emitida em 24 de Julho de 2014)

Esta norma foi finalmente completada em 24 de Julho de 2014 e o resumo, por temas, é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.

- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo valor justo através do resultado integral (FVOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento - a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.

- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.

- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prossecutivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura.

- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.

- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.

- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva.

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto (Emendas emitidas em 11 de Setembro de 2014)

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 –

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é prospetiva.

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação (Emendas emitidas em 18 de Dezembro de 2014)

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	subtotal									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Selicomi - Portugal, Lda.		590			590		590		
	subtotal		590			590		590		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	subtotal									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	subtotal									
	subtotal		590			590		590		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	subtotal									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	subtotal									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
	subtotal									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	subtotal									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	subtotal									
	subtotal									
	total	590				590		590		
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	97,04		97.038	110	110.350	2.419	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,46		198.918	113	225.280	5.470	3,850%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	98,65		108.513	103	113.377	666	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	98,65		2.614.185	99	2.614.185	16.038	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		1.090.000	98,59		1.074.631	103	1.123.463	6.597	2,875%
PTOTELOE0010	O.T. OUT TF 07/17		27.000	103,44		27.929	108	29.038	244	4,350%
	subtotal		4.177.000			4.121.214		4.215.693	31.434	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	subtotal		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	-		-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	-		-	-	-	-	

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,09		1.000.865	114	1.142.680	39.356	4,250%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	-		-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	-		-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	-		-	-	-	-	
913012886001	SOMEC 92/97		150	-		-	-	-	-	
913012886002	SOMEC 94/99		349	-		-	-	-	-	
	subtotal		1.001.222			1.000.865		1.142.680	39.356	
	subtotal		5.178.222			5.122.079		5.358.373	70.790	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Ações									
	subtotal	-				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	subtotal	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.485.953	4	2.535.530		
	subtotal	683.800				2.485.953		2.535.530		
	2.1.2.4 - Outros									
	subtotal	-	-			-		-	-	
	subtotal	683.800	-			2.485.953		2.535.530	-	
	total	683.800	5.178.222			7.608.032		7.893.903	70.790	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	99,61		1.683.344	103	1.735.714	14.107	3,250%
ES0000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	99,60		2.987.924	104	3.123.150	104.318	3,800%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	100,73		3.021.841	110	3.302.550	51.754	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	102,56		307.669	116	349.455	5.622	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000			986.998	111	1.108.900	7.254	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF		300.000			303.355	113	337.950	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF		800.000			1.003.744	146	1.171.320	49.452	6,250%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	100,40		1.104.412	102	1.123.925	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	100,70		302.092	104	313.080	4.997	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000			195.375	116	232.330	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	101,91		5.095.499	109	5.462.500	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	102,07		204.139	111	222.640	3.748	4,500%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,65		1.509.772	116	1.737.600	19.836	4,000%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	104,81		628.873	107	643.080	6.797	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	105,07		945.662	118	1.061.775	22.377	3,500%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000			996.841	101	1.011.000	22.111	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	100,99		2.322.701	119	2.739.300	58.678	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	101,80		1.018.048	110	1.098.800	27.213	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	100,85		605.089	115	690.540	14.287	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	133,35		666.729	158	788.575	28.914	8,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	116,76		2.451.903	128	2.688.945	16.338	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	105,74		391.244	113	419.173	5.569	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		5	0	1.695	-	0,000%
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	101,20		2.985.279	101	2.990.858	95.287	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	107,72		538.615	124	622.325	14.703	4,375%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	108,76		6.743.346	124	7.664.750	222.945	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	102,36		307.084	116	348.135	4.848	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	102,41		307.244	117	352.080	4.502	3,250%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,48		994.804	122	1.222.350	42.781	4,500%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000			400.104	118	471.260	7.203	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000			2.493.518	119	2.979.250	25.581	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000			1.026.252	103	1.030.200	11.694	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000			5.114.065	121	5.458.050	114.436	3,650%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000			53.090	113	56.645	753	2,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000			51.060	116	58.022	808	3,500%
	subtotal		48.140.000			49.747.720		54.617.922	1.130.331	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	100,28		300.851	101	303.492	7.398	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	102,17		2.554.186	117	2.930.125	17.162	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	102,66		1.026.614	118	1.179.450	28.914	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	104,45		940.051	123	1.110.960	7.208	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,21		1.101.278	113	1.255.232	24.557	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000			398.261	104	416.024	2.078	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,99		499.931	100	501.480	237	0,247%
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,99		599.940	99	596.118	61	0,167%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000			304.081	106	316.728	9.127	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000			1.699.123	100	1.705.525	133	0,034%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.200.000			1.199.111	101	1.208.304	141	0,066%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000			203.778	109	218.758	7.149	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.600.000	99,99		1.599.788	100	1.602.288	67	0,029%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	100,04		2.401.066	100	2.411.160	518	0,101%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,93		1.598.898	101	1.617.776	230	0,305%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	111,33		2.783.195	124	3.106.575	63.354	4,375%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000			1.399.728	102	1.432.004	276	0,592%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		1.400.000			1.391.600	100	1.405.192	-	0,000%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000			99.520	104	104.006	519	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV		600.000			600.000	100	601.671	284	0,247%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	102	91.355	566	2,000%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000			1.398.474	100	1.404.802	110	0,034%
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		500.000			499.680	101	503.256	59	0,066%
DE000NRW2046	12/16 LAND NORDRHEIN-WESTFALEN		1.000.000	99,96		999.600	100	1.001.310	42	0,029%
DE000NRW0E76	12/18 LAND NORDRHEIN-WESTFALEN		1.000.000	99,86		998.600	100	1.004.825	216	0,101%
FR0011374834	12/18 REGION OF ILE DE FRANCE		700.000	99,88		699.160	101	707.819	101	0,305%
	subtotal		27.000.000			27.390.609		28.736.235	170.507	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	100,00		599.981	100	599.328	136	0,159%
FR0011521103	AIR LIQUIDE FINANCE 13/16		2.100.000			2.099.719	100	2.098.824	56	0,068%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000			99.681	97	97.128	722	1,250%
XS1108681625	14/19 ALFA LAVAL TREASURY INTE		400.000	99,99		399.962	99	394.212	90	0,425%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000			896.133	91	817.677	22.025	3,125%
FR0011947720	NORD ASSURANCE CREDIT MUTUEL VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.917	93	277.500	7.974	4,625%
FR0011694033	TF 14/24 AUTOROUTES SUD DE FRANCE		300.000	99,38		298.145	111	331.692	8.438	2,950%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,03		1.600.434	115	1.836.480	46.863	4,000%
XS0304459026	07/22 BANK OF SCOTLAND PLC TF		200.000	99,70		199.397	126	251.170	5.347	4,750%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		400.000			399.777	100	400.836	3.399	1,500%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,02		15.002.779	108	16.274.850	162.917	4,250%
XS1023268060	BAYER AG 14/16		300.000	100,00		299.995	100	300.009	92	0,167%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000			398.517	100	400.808	639	0,500%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000			499.386	101	503.190	261	0,458%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		700.000			698.453	101	707.910	8.523	2,875%
FR0010114991	BPCE SA TF 04/16		1.200.000			1.232.978	102	1.229.952	12.401	4,500%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000			199.819	106	212.278	5.890	3,125%
XS0917462714	CARREFOUR BANQUE 13/16		200.000			199.992	100	200.364	343	0,813%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000			399.927	99	395.252	42	0,375%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRA-CHON TF 14/24		300.000	99,99		299.970	95	285.150	7.978	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000			898.861	100	901.629	1.012	0,653%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000			2.061.187	111	2.212.300	56.312	4,500%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000			3.274.806	107	3.547.137	24.919	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000			311.558	124	371.850	8.791	4,875%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000			99.959	100	100.150	87	0,896%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000			299.412	100	299.625	254	0,401%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		200.000			199.992	100	199.406	122	0,281%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000			4.545.494	108	4.879.125	26.557	4,500%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,67		398.660	107	428.468	6.110	2,250%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000			99.322	96	95.642	1.364	1,500%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000			1.519.814	103	1.551.750	6.352	3,875%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000			298.073	101	303.342	767	2,750%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		300.000	100,00		299.998	99	298.170	1.560	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000			397.232	101	404.552	2.301	2,125%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		400.000			398.878	100	398.188	471	1,875%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		1.300.000	100,00		1.299.943	100	1.300.208	444	0,189%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
FR0013062684	HSBC FRANCE 15/19		1.000.000			999.967	100	999.860	421	0,446%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000			720.965	104	725.557	870	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		1.000.000			989.899	98	983.340	1.626	2,125%
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000			2.933.219	102	2.948.720	69.034	4,250%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000			198.936	116	232.622	1.271	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000			199.804	104	208.676	904	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000			305.442	118	354.540	5.164	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000			500.366	102	508.275	7.684	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000			303.293	112	336.555	10.956	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000			1.945.988	101	1.961.953	-	0,000%
FR0012315133	14/19 LVMH MOET HENNESSY VUITT		800.000	99,77		798.154	100	796.504	149	0,149%
XS1284577043	15/17 MERCK FIN SERVICES GMBH		100.000	100,00		99.999	100	99.976	10	0,117%
XS1284570626	15/22 MERCK FIN SERVICES GMBH TF		300.000	99,65		298.959	102	305.601	1.364	1,375%
XS1233732194	15/22 MICHELIN LUXEMBOURG SCS		300.000	99,97		299.905	100	299.172	2.004	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000			1.095.179	93	1.021.504	14.372	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		200.000			199.038	99	197.862	3.363	2,125%
XS1307993292	15/18 NV NEDERLANDSE GASUNIE		400.000	100,00		399.998	100	400.168	271	0,321%
XS1139287350	14/19 PIRELLI INTERNATIONAL TF		300.000	101,33		303.996	99	295.959	617	1,750%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000			197.729	102	204.200	932	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000			199.895	99	198.812	33	0,191%
FR0011565555	13/23 RTE EDF TRANSPORT S.A. TF		400.000	99,34		397.376	111	443.848	3.456	2,875%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000			297.449	100	298.929	692	1,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.100.000			1.099.917	100	1.098.603	73	0,114%
FR0012969012	SANOFI 15/19		300.000	99,99		299.983	100	299.994	13	0,169%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	99,99		499.956	100	501.070	118	0,208%
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000			199.975	100	199.882	131	0,259%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,47		596.800	101	606.204	2.803	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000			199.645	101	202.188	467	2,375%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		400.000	100,00		399.985	100	399.648	48	0,272%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000			943.631	122	976.960	28.841	4,125%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		1.000.000	100,00		999.995	100	1.000.600	653	0,573%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		600.000			599.921	100	600.264	11	0,219%
BE6282455565	SOLVAY SA 15/17		200.000			199.999	100	200.746	114	0,707%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000			399.971	100	398.676	56	0,117%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000			1.499.852	100	1.495.440	84	0,167%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000			298.275	109	328.203	990	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000			300.278	88	264.096	6.645	2,625%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		1.200.000			1.199.970	100	1.200.768	109	0,126%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000			699.790	112	780.983	28.558	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		1.000.000			999.992	100	999.190	50	0,064%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000			298.561	97	292.287	565	2,375%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000			199.992	100	200.118	217	0,528%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		200.000			199.994	100	199.552	113	0,252%
XS1019327029	VOLKSWAGEN INTL FIN NV 14/16		300.000			299.996	100	299.955	146	0,246%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		500.000			500.000	100	499.442	113	0,159%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	93	462.500	13.289	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		500.000	99,26		496.295	111	552.824	14.063	2,950%
FR0011512417	BANQUE SOLFEA TF 13/16		700.000	99,65		697.536	100	701.484	5.948	1,500%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1023268060	BAYER AG 14/16		100.000			100.000	100	100.004	31	0,167%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		700.000			698.957	101	704.261	365	0,458%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		100.000			99.772	101	101.130	1.217	2,875%
FR0010114991	BPCE SA TF 04/16		700.000			741.580	103	717.500	7.234	4,500%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000			400.000	99	395.196	42	0,375%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		100.000			99.850	100	100.181	112	0,653%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000			169.915	100	170.319	148	0,896%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		100.000			100.000	100	99.703	61	0,281%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	107	535.599	7.637	2,250%
FR0011707710	HSBC FRANCE 14/16		700.000			699.580	100	700.112	239	0,189%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		100.000			103.450	104	103.651	124	1,625%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000			496.810	116	581.521	3.176	3,750%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000			2.540.973	101	2.565.148	-	0,000%
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,76		199.520	100	199.120	37	0,149%
XS1284577043	MERCK FIN SERVICES GMBH 15/17		100.000	100,00		100.000	100	99.976	10	0,117%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		200.000	99,97		199.934	100	199.448	1.336	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000			397.848	93	371.375	5.226	2,500%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000			199.900	99	198.770	33	0,191%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000			1.000.000	100	998.826	66	0,114%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000			300.000	100	300.635	71	0,208%
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000			200.000	100	199.874	131	0,259%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		100.000			99.691	112	111.571	3.107	3,375%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		100.000	100,00		100.000	100	100.071	65	0,573%
XS0867620303	SOCIETE GENERALE 14/16		300.000	99,98		299.940	100	300.135	6	0,219%

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	100,00		400.000	100	398.800	56	0,117%
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		900.000	100,00		900.000	100	897.243	50	0,167%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	109	547.037	1.650	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	100,00		600.000	88	528.114	13.290	2,625%
XS1105679366	UBS AG LONDON 14/16		800.000	100,00		800.000	100	800.480	73	0,126%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		200.000	100,00		200.000	100	199.838	10	0,064%
FR0011471010	VINCI S.A		200.000	100,00		200.000	100	200.138	217	0,528%
XS1055497769	VOLKSWAGEN BANK 14/16		700.000	100,00		700.000	100	698.537	397	0,252%
	subtotal		84.670.000			84.986.196		87.714.775	707.187	
	subtotal		159.810.000			162.124.525		171.068.932	2.008.025	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	subtotal									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	705			13.532	9.539.748	13.534	9.541.174		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	489			2.289	1.119.409	2.290	1.119.614		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	175			10.958	1.917.684	10.961	1.918.193		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	14.606			109	1.589.818	109	1.589.897		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	21			57.258	1.202.410	57.261	1.202.473		
FR0000291239	CPR CASH - P	142			22.573	3.205.357	22.575	3.205.715		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL	9.073			71	641.750	77	701.361		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos			Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código		Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
LU0579997130		BLACKROCK EUROPEAN	1.600			14	22.544	20	31.232		
LU0274210672	TRN	DB X-TRACKERS MSCI USA	904			36	32.984	49	43.971		
DE0005933931	D	ISHARES CORE DAX UCITS ETF	142			98	13.918	95	13.486		
DE0002635299		ISHARES EUROPE SEL DIV 30	986			18	17.423	17	16.476		
DE0005933923		ISHARES MDAX UCITS ETF DE	16			188	3.010	184	2.938		
IE00B2QWCY14		ISHARES S&P SMALLCAP 600	428			45	19.181	42	17.839		
DE0002635307	DE	ISHARES STOXX EUROPE 600	2.370			37	87.247	37	87.453		
DE000A0F5UH1	100 DE	ISHARES STOXX GBL SEL DIV	641			27	17.474	26	16.608		
FR0007056841		LYXOR ETF DJ IND AVG-D EUR	82			163	13.401	162	13.277		
FR0010010827		LYXOR ETF FTSE MIB	408			23	9.462	21	8.637		
FR0010251744		LYXOR ETF IBEX 35	170			107	18.115	94	16.000		
FR0007063177		LYXOR ETF NASDAQ 100	2.989			16	48.605	17	50.487		
LU0106235459	ACC	SCHRODER INTL EURO EQT-C	1.506			24	35.766	38	57.424		
FR0010232298		BFT MONETAIRE	94			13.532	1.272.035	13.534	1.272.157		
LU0329592371		BLACKROCK GLOBAL FUNDS -	1.400			16	22.820	16	22.834		
LU0094219127		BNP INSTICASH EUR I	3.468			141	488.243	141	488.658		
LU0290357507		DB X-TRACKERS II IBOXX SOV	129			310	39.954	301	38.812		
LU0290355717		DBX II IBX SOV EUROZONE	314			222	69.637	222	69.856		
FR0010213355		GROUPAMA ENTERPRISES - IC	135			2.287	308.754	2.290	309.096		
IE00B3F81R35	BOND	ISHARES CORE EURO CORP	209			127	26.519	126	26.415		
DE0002511243		ISHARES EURO CORP BND LC	191			133	25.416	132	25.118		
IE00B66F4759		ISHARES EURO HY CORP BND	491			107	52.652	103	50.431		

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

(Un: Euros)

Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
Código	Designação						Unitário	Total	Juros acruados	Taxa de Juro
US4642885135	ISHARES IBOXX HIGH YIELD	467			79	36.986	74	34.632		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	3			10.927	32.781	10.961	32.883		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP -	475			126	60.062	129	61.199		
CH0104136236	ISHARES GOLD CH	194			99	19.248	96	18.552		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	20			10.777	215.544	10.849	216.990		
FR0000291239	CPR CASH - P	11			22.526	247.788	22.575	248.330		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	10			20.365	203.649	20.487	204.868		
	subtotal	45.064				22.677.394		22.775.086		
	2.2.2.4 - Outros									
	total	45.064	159.810.000			184.801.919		193.844.018	2.008.025	
	3 - TOTAL GERAL	**728.864**	**164.988.812**			**192.410.541**		**201.738.511**	**2.078.815**	

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 254.333.880 Euros e um total de capital próprio de 28.938.731 Euros, incluindo um resultado líquido de 521.424 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações de Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

Sociedade Anónima - Capital Social 1.335.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial da Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de VICTORIA - Seguros de Vida, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respetivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCICIO DE 2015

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA-Seguros de Vida, SA

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da **VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.** tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, a Conta de Ganhos e Perdas (Conta Técnica e Não Técnica), as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Alterações nos Capitais Próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordámos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exporto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aprove:

a) O Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2015;

b) A proposta de aplicação dos resultados no Relatório de Gestão;

c) A gestão da Sociedade exercida em 2015 pelo Conselho de Administração.

Nesta oportunidade, manifestamos o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 30 de Março de 2016

O Conselho Fiscal

João de Lara Everard
(Presidente)

Santiago Gil de Biedma
(Vogal)

António Vilar
(Vogal)

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

4 ANEXOS

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA, S.A.

www.victoria-seguros.pt

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados a atribuída em 2015	Participação nos resultados a atribuir em 2016	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. *Desconto no prémio*
Capital adicional				
F1 e F4	1% anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. *Aumento do capital seguro*
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15 -F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,25%	0,25%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	1,0%	1,0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	1,0%	n.a.	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15 -F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0,19% × anos do contrato (max. 18%)	0,19% × anos do contrato (max. 18%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. *Aumento do capital seguro*
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte *Aumento do capital ou renda segura*
Desconto no Prémio				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. D*esconto no prémio*

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

ANEXO I - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados a atribuida em 2014	Participação nos resultados a atribuir em 2015	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO DE GRUPO				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0.25%	0%	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. *Desconto no prémio*

1 RELATÓRIO

2 INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

4 ANEXOS

ANEXO II - RENTABILIDADE DOS PRODUTOS FINANCEIROS—RAMO VIDA

Produto	Situação da Carteira	Tipo de taxa garantida	Taxa de Juro 2015
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%
VICTORIA Garantia Rendimento	Fechada	Indexada à Euribor	0,25%
PPR Garantia Valor	Fechada	Indexada à Euribor	0,25%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	Entre 1,25% e 2% de acordo com a variante
PPR Novo Valor	Fechada	Fixa	3,50%
Investimento Seguro	Aberta	Fixada anualmente	1,35%
Investimento Programado	Aberta	Fixada anualmente	1,35%
Confiança PPR	Aberta	Fixada anualmente	1,35%
PPR Ações Maximização	Aberta	Sem garantia de taxa	3,4%

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.
Temos energia para enfrentar todos os desafios
Colaboramos entre nós
Promovemos o nosso desenvolvimento
Celebramos os sucessos
Temos orgulho naquilo que fazemos
Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.
Somos claros na informação que damos
Agimos com seriedade e rigor
Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades
Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos
Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação
Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,
200 1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico